



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO- CDSA
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO – UAEDUC
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

CRISTINE SOUSA BARROS

**A UTILIZAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE
OTIMIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NAS ORGANIZAÇÕES
PÚBLICAS**

Sumé-PB, 2013

CRISTINE SOUSA BARROS

**A UTILIZAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE
OTIMIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NAS ORGANIZAÇÕES
PÚBLICAS**

Artigo científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Unidade de Educação do Centro de Desenvolvimento Sustentável, sob orientação do **Prof. Mestre Gilvan Dias de Lima Filho.**

Sumé-PB, 2013

B277u Barros, Cristine Sousa.

A utilização do balanço social como instrumento de otimização das informações contábeis nas organizações públicas. / Cristine Sousa Barros. - Sumé - PB: [s.n], 2013.
32 f; il, graf.

Orientador: Professor Ms. Gilvan Dias de Lima Filho.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo) – Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Unidade Acadêmica de Educação do Campo; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Contabilidade. 2. Balanço Social. 3. Responsabilidade Social. I. Título.

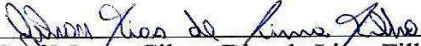
CDU: 657:35(045)

CRISTINE SOUSA BARROS

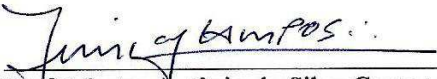
A UTILIZAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE OTIMIZAÇÃO
DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

Artigo científico apresentado ao Curso Superior em Gestão Pública da Unidade de Educação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

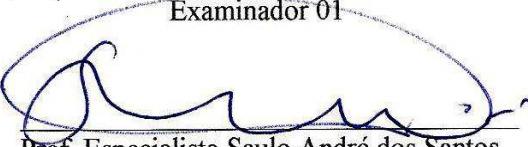
BANCA EXAMINADORA


Prof. Mestre Gilvan Dias de Lima Filho
Orientador

Nota (10,0)


Prof. Mestre Antônio da Silva Campos Júnior
Examinador 01

Nota (10,0)


Prof. Especialista Saulo André dos Santos
Examinador 02

Nota (10,0)

Nota Final (Média)

Nota (10,0)

Aprovada em 30 de Abril de 2013.

RESUMO

A Contabilidade já não é entendida apenas como um elemento de simples recorde e interpretação de dados históricos financeiros, mas também como uma técnica eficiente de gestão. Sendo assim, a Contabilidade surge como um fator decisivo no desenvolvimento das organizações que trabalham com benefícios coletivos, seja estas públicas ou privadas. Desse modo, para concretizar os objetivos postos, faz-se necessário à nova gestão a aplicação de demonstrativos amplos como o Balanço Social, que incorpora um apanhado de informação que perpassam a simples quantificação de receitas e despesas, inserindo em paralelo a mensuração de aspectos sociais e ambientais no contexto financeiro. Como meta de análise avaliou-se os três principais tipos de Balanço Social empregados na Gestão Pública brasileira (IBASE, GRI, Instituto Ethos), considerado as divergências e convergências, bem como, as vantagens e desvantagens de cada modelo. Como metodologia o trabalho se configura como uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, instrumentalizando uma literatura para a fomentação de conceitos justificativos no estudo em curso. Como justificativa, ratifica-se que o desenvolvimento dessa pesquisa visa colaborar para o aperfeiçoamento das informações dos profissionais executores da Gestão Pública nas três esferas de governo. Como conclusão apontada pelo trabalho evidenciou que a utilização do Balanço Social como recurso contábil vem sendo desenvolvido dentro do setor público de modo incipiente, contudo concretiza-se como uma prerrogativa indispensável para ganhos de eficiência e eficácia na atuação do Estado.

Palavras-chave: Contabilidade. Balanço Social. Responsabilidade Social.

ABSTRACT

Accounting is no longer understood merely as an element of simple record and interpretation of historical financial data, but also as an effective technique for management. Thus, the Accounting emerges as a decisive factor in the development of organizations that work with collective benefits, be they public or private. Thus, to achieve the goals laid, it is necessary for the application of new management broad statements as the Social, which incorporates an overview of information that go beyond the simple quantification of income and expenses, inserting parallel measurement of social aspects financial and environmental context. Goal of analysis evaluated the three main types of Social workers in Brazilian public management (IBASE, GRI, Ethos Institute), considered the divergences and convergences, as well as the advantages and disadvantages of each model. The methodology work is configured as a literature search and qualitative equipping literature for fostering concepts supporting the ongoing study. As justification, it confirms that the development of this research aims to contribute to the improvement of information professionals' executors of public management in the three spheres of government. As pointed out by completing work showed that the use of the Social and resource accounting has been developed within the public sector so nascent, yet manifests itself as an essential prerogative for efficiencies and effectiveness in the performance of the State.

Keywords: Accounting Social. Social Responsibility.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	2
2.1 Contabilidade	2
2.2 Responsabilidade Social na Administração Pública	3
2.3 História do Balanço Social no Brasil	5
2.4 O Balanço Social.....	6
2.5 Modelos de Balanços Sociais.....	9
2.5.1 Modelo Ibase	10
2.5.2 Modelo da <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI).....	16
2.5.3 Modelo do Instituto Ethos	20
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

As empresas estão cada vez mais condicionadas a prestarem informações para seus usuários, não somente informações de cunho econômico e financeiro, mas de ordem social, que contribui com a promoção do desenvolvimento social do meio em que estão inseridas.

Nesse sentido, a Contabilidade como instrumento gerador de informações, busca por meio de seus demonstrativos contábeis promover a divulgação das informações, conforme a necessidade de seus usuários internos e externos.

Dessa forma, um dos métodos de informação utilizado é o Balanço Social que, segundo Kroetz (2000) e Tinoco (2001), é um instrumento de evidenciação da Responsabilidade Social das entidades, ou seja, é a demonstração da interação da empresa com todos os que a cercam ou que contribuem para sua existência, como o meio ambiente, a comunidade no qual a empresa está situada e os funcionários que fazem parte dela. Conforme disposição expressa dos autores supracitados percebe-se que a Contabilidade deixa de ter uma preocupação apenas econômica e passa a envolver três dimensões plenamente correlacionadas: o aspecto social, a esfera ambiental e o contexto econômico.

As organizações começam a traçar perfis que sejam adequados as novas linhas de mercado, com uma grande preocupação sustentável, na qual todos os seus objetivos devam considerar o foco ambiental e que todas as suas atitudes mensurem os impactos ambientais (positivos e negativos) proporcionando informações precisas para o direcionamento adequado nas ações e decisões coevas e futuras das mesmas.

São vários os modelos de Balanço Social existentes, os principais são o modelo sugerido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o modelo sugerido pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (Ethos) e o modelo sugerido pela *Global Reporting Initiative* (GRI), esses modelos são criados para atender às necessidades que são exigidas pelas Organizações, sejam elas Públicas ou Privadas. São elaborados com o intuito de auxiliar o processo de definição de conteúdo de estabelecimento de metas e objetivos pela empresa.

A publicação do Balanço Social pelas Organizações no Brasil não é obrigatória, com exceção das empresas de energia elétrica, pois é determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), entidade reguladora deste segmento.

Como metodologia o presente trabalho faz uso de uma pesquisa bibliográfica exploratória tendo como fontes livros, teses, dissertações, revistas e artigos, com o objetivo de criar conhecimento sobre o tema, buscando reunir informações organizadas por outros autores que ratifiquem os resultados do estudo em curso.

Diante disto, o artigo está dividido em três seções, o primeiro com a introdução do trabalho realizando uma contextualização do tema, como também a apresentação dos objetivos da pesquisa. A segunda parte mostra os conceitos sobre a Contabilidade, a Responsabilidade Social e o Balanço Social e apresenta os modelos de Balanço Social que estão sendo utilizados pelas organizações. Na terceira seção, apresenta as considerações finais. E por fim as referências sobre as obras, autores e fontes citadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, serão apresentadas as bases teóricas do presente estudo que fundamentarão o estudo de caso. Para tanto serão tratadas as seguintes temáticas: Contabilidade, Responsabilidade Social na Administração Pública, História do Balanço Social no Brasil, O Balanço Social, Modelos de Balanço Social.

2.1 Contabilidade

A Contabilidade é uma ferramenta geradora de informações econômicas, financeiras e sociais para seus usuários internos e externos, de forma completa. Neste sentido Tinoco (2006, p.1079) reitera que “a Contabilidade, entendida como meio de fornecer informações [...], deve também atender aos interessados na atuação com relação ao meio ambiente por parte das empresas, classificadas em sistemas de Gestão ambiental, explicitando suas respostas à sociedade no que tange à Responsabilidade Social e à questão ambiental, subsidiando o processo de tomada de decisão”.

Dessa forma, entende-se que a Contabilidade, em contexto atual, requer dos seus profissionais uma atitude sustentável. Pois segundo Ribeiro (2000), o papel do contador no processo de sustentabilidade vai além e como os demais cidadãos e profissionais (engenheiros, economistas, advogados, médicos e outros), têm a Responsabilidade de contribuir para solucionar problemas sociais e ambientais, que podem ser de três maneiras: (1) determinação dos custos (considerando em especial para os custos sociais); (2) serviço de gerencia e; (3) da informação.

Para Kroetz (2000), com a finalidade de mensurar os impactos recebidos e causados pela entidade em relação aos ambientes social e ecológico, se faz presente a Contabilidade, com sua cultura e tecnologia, oferecendo conjuntamente aos profissionais da área, um arsenal de informações capaz de gerar, demonstrar e analisar o perfil da Responsabilidade Social da entidade, através da demonstração principal de uma das ramificações da Ciência Contábil

(Contabilidade Social): o Balanço Social. Então esse demonstrativo surge com o viés de mostrar que a Contabilidade pode ser estendida as questões que causam preocupação atual.

A Contabilidade vem se empenhando para que esta relação venha transcender as dificuldades. Conforme Mazzoni, Tinoco e Oliveira (2007, p.63) “o empenho da Contabilidade em responder aos desafios que transcendem os aspectos econômicos e financeiros levou a busca de uma nova demonstração, de cunho social que permite identificar e demonstrar os impactos recebidos e causados, pelas entidades, relacionados ao ambiente social e ecológico”.

Essas informações de cunho social promovidas então, pela Contabilidade, através de seus relatórios de sustentabilidade devem, presumivelmente, permitir avaliar o grau em que uma organização contribui para a sustentabilidade da sociedade em que está inserida e também, desta maneira estará demonstrando como contribui para a preservação do planeta (GRAY, 2003).

Assim, o Balanço Social, conforme Mazzioni, Tinoco e Oliveira (2007), tem sua origem na Contabilidade, que além de divulgar as informações econômicas e financeiras, vem também, divulgar informações sociais e ambientais de Responsabilidade Social.

Em meio a esses aglomerados conceitos, se pode apreciar que a visão de diversos autores chega a ser praticamente a mesma. A Contabilidade busca, pelo elemento da coleta de dados, fornecer as informações econômicas e financeiras sobre o patrimônio, facilitando a tomada de decisão.

2.2 Responsabilidade Social na Administração Pública

As discussões sobre Responsabilidade Social iniciou-se nos anos sessenta nos Estados Unidos da América com o repúdio à guerra do Vietnã, onde, segundo pesquisas (Tinoco, 2001), a população começou a boicotar produtos fabricados por empresas que apoiavam o conflito, exigindo que as mesmas passassem a prestar contas de suas ações sociais através de relatórios. Com esses acontecimentos, originaram muitas consequências indesejáveis que acentuaram a consciência ecológica de certos segmentos sociais e motivaram o aparecimento de grupos de ativistas que se nomearam a combater a conduta ecologicamente irresponsável de certas empresas e ramos de negócios, como os madeireiros, os caçadores de baleias, a indústria de pele de animais, as empresas petrolíferas e organizações que trabalham com materiais radioativos, dentre outras.

Do mesmo modo, no Brasil as questões ambientais e sociais correlacionadas às empresas passaram a ser indagadas com eloquência na década de oitenta. Exigindo destas

instituições e do próprio governo a implementação de instrumentos que permitissem a exposição dessas informações ao público. Logo, entrou em curso várias tentativas de aplicação do Balanço Social e da Responsabilidade Social a realidade brasileira.

Para Zarpelon (2006) a Responsabilidade Social passou a ser um tema amplamente debatido e exigido pela sociedade, e a partir dela, o Balanço Social, passou a ter o propósito de evidenciar dados relativos à gestão pessoal e às condições sociais e ambientais, como resposta à cobrança que a sociedade vinha fazendo às empresas e as instituições públicas, no sentido de terem uma postura responsável.

Como pressuposto de sucesso o desafio das empresas e dos governos (central, regionais e locais) é a inserção da ética como recurso orientador das decisões e interlocutor das relações interpessoais funcionais. Se o governo, como espaço social, produz e reproduz esses valores, ele se torna importante em qualquer processo de mudança na perspectiva das pessoas; tanto das que nele trabalham quanto daquelas que serão atendidas. Assim, quanto mais governos tenham preocupações éticas mais a sociedade na qual esses governos atuem tenderão a melhorar no sentido de constituir um espaço agradável onde às pessoas vivam realizadas, seguras e felizes.

Assim, considerando que qualquer órgão público é composto por pessoas, todos os mecanismos que venham ser aplicado para o desenvolvimento prático da Responsabilidade Social em qualquer esfera organizacional Pública precisa passar pela disseminação do quadro funcional para que possa ser efetivamente posto em exercício. Sobre isso Slomski (2007, p. 18) afirma que a Organização Pública ao demonstrar sua preocupação com os servidores públicos reconhece sua essência no processo.

As pessoas que compõem o quadro de servidores nas entidades públicas são os recursos mais relevantes, pois sem eles o gestor (prefeito, governador etc.) não fará aquilo que é a função precípua da administração pública: prestar serviços para a produção do bem comum. Sem os recursos financeiros não haverá a possibilidade da gestão de pessoas nem de qualquer prestação de serviços.

As Organizações Públicas possuem um bem que não pode ser mensurado: as pessoas, e que sem elas não aconteceria à Administração Pública de uma maneira geral, ou seja, o gestor sem seus servidores não conseguiria sozinho administrar. Vale salientar que o capital humano é um grande gerador de riqueza nas instituições, entretanto, ao se investir nas “despesas com o pessoal” estará investindo em “investimento em capital humano”. Dessa forma, os administradores precisam se preocupar mais com a implementação de métodos de

Responsabilidade Social dentro de suas organizações para que possa trazer melhoria tanto para a própria organização quanto para a sociedade que recebem seus serviços.

2.3 História do Balanço Social no Brasil

No Brasil, o primeiro Balanço Social que foi publicado oficialmente pela Nitrofértil, estatal baiana pertencente à Petrobrás, em 1984. Entretanto foi a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES), na década de oitenta, a primeira entidade brasileira a se manifestar em relação ao Balanço Social. Seguido pelo do Sistema Telebrás e, posteriormente, pelo do Banco do Estado de São Paulo – Banespa, sendo essas empresas consideradas precursoras na área.

A partir desse momento as organizações começam a ter uma grande visão dos seus usuários externos e trazem isso para o próprio âmbito organizacional. Pois segundo Baldo (2002), a Responsabilidade Social das empresas ocorre da seguinte forma: “se a empresa obtém recursos da sociedade, é seu dever restituí-los não apenas sob a forma de produtos e serviços comercializados, mas, principalmente, através de ações sociais voltadas para a solução dos problemas sociais que afligem a sociedade”. E a otimização das informações contábeis começam a surgir com práticas e demonstrativos não econômicos, mas que trazem um grande impacto a toda sociedade que detém dessas informações.

Entretanto, a conceito só ganhou admiração com as campanhas feitas pelo sociólogo Herbert de Souza e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase a favor da Responsabilidade Social e da divulgação espontânea do Balanço Social por parte das empresas como um modelo simples e ético.

Na visão de Herbert de Souza, a conceito do Balanço Social é comprovar quantitativamente e qualitativamente o ação desempenhada pelas empresas no plano social, tanto internamente como na sua ação na comunidade. Os itens dessa verificação são diversos: educação, saúde, atenção à mulher, atuação na preservação do meio ambiente, melhoria na qualidade de vida e de trabalho de seus empregados, geração de renda e de novos postos de trabalho, apoio a projetos comunitários visando à erradicação da pobreza. O campo é extenso e várias empresas já encontrar-se trilhando esse caminho. Realizar o Balanço Social significa uma grande contribuição para concretização de uma sociedade verdadeiramente democrática.

É de enorme importância destacar a valor do Balanço Social nas Organizações Públicas, pelo fato de que os seus indicadores oferecem mais destaque e estima para os trabalhadores e para a sociedade. O Balanço Social, como aparelho de divulgação deste tipo de informação, pode colaborar bastante para reforçar a imagem institucional de corporações

ou das marcas e produtos a elas associados, na medida em que se mostrar-se não exclusivamente como mais um característica de marketing, mas como um demonstrativo da ativa Responsabilidade Social assumida e praticada pelas Organizações e, bem como, entendida e reconhecida pela sociedade.

De acordo com o sociólogo e atual coordenador do Projeto Balanço Social do Ibase, a simplicidade é a garantia de envolvimento do maior número de corporações (TORRES, 2008). Visto isso, o Ibase, em parceria com diversos representantes de empresas Públicas e privadas, partindo de reuniões e debates com vários setores da sociedade, desenvolveu um modelo a fim de instigar todas as empresas a anunciar seu Balanço Social, independentemente do seu tamanho e setor.

Desse modo, o uso do Balanço Social como instrumento de otimização para as informações contábeis das Organizações Públicas vem se consagrando e sendo cada vez mais difundida entre os meios científico e profissional. A efetivação de ações socialmente positivas vem sendo invadida entre as empresas e aclamada em meio aos estudiosos, que acreditam em uma relação entre sustentabilidade e desenvolvimento empresarial.

2.4 O Balanço Social

O Balanço Social também conhecido como Relatório de Responsabilidade Social ou Relatório de Sustentabilidade é a principal ferramenta empregada pelas empresas para divulgação de suas ações de Responsabilidade Social.

Para SUCUPIRA (1999), o Balanço Social é um conjunto de informações sobre as atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas a seus empregados e à comunidade onde está inserida. Através dele a empresa mostra o que faz pelos seus empregados, dependentes e pela população que recebe sua influência direta.

A ferramenta do Balanço Social não é apenas utilizada nos setores privados com fins lucrativos, ela ainda pode ser empregada por empresas estatais, mistas, cooperativas, ONG's e sindicatos. Segundo o projeto de lei em seu 2º artigo:

O Balanço Social é o documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitem identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômico da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua integração com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

Significaria bastante para a sociedade, se esse instrumento fosse utilizado nos setores de Organizações Públicas, ou melhor, fosse obrigado que todas as Organizações Públicas, especialmente as prefeituras, publicassem seu Balanço Social, já que é nele que compreendemos para onde foram colocados as receitas obtidas no determinado período e quais a benfeitoria que a mesma trouxe para aquela região.

O Balanço Social (ZARPELON, 2006) tem como foco demonstrar publicamente que a intenção da organização não é somente a geração de lucros com um fim em si mesmo, mas o desempenho social. Este é adquirido por meio do compromisso e da responsabilidade para com a sociedade, por meio da prestação de contas do seu desempenho sobre o uso e apropriação de recursos que originalmente não lhe pertenciam, ou seja, o Balanço Social tem em vista tornar claro para à sociedade que uma organização não intenciona somente o lucro, que está própria organização conhece e retribui ao meio social, com responsabilidade mediante ações, a apropriação dos recursos que, em sua origem, competem a todos.

O conceito de Zarpelon faz a junção de assuntos que por sua natureza são indispensáveis na gestão dos bens públicos e na prestação dos serviços públicos. Sendo assim, o gestor público comprometido não necessita habituar-se a expectativa da sanção de uma lei para publicar o Balanço Social.

A função principal deste demonstrativo é de tornar público o que a empresa realiza para a sociedade, tentando evidenciar a ética empresarial e humana, e ainda, permitindo uma relação mais próxima com a sociedade. Assim, o Balanço Social pode ser um instrumento importante, que contribua não apenas para divulgar o que a empresa faz (ou não faz), mas também para intermediar a gestão das empresas e de suas relações, na direção da gestão socialmente responsável.

De acordo com o Instituto Ethos:

O Balanço Social, ou relatório de sustentabilidade, é um meio de dar transparência às atividades corporativas, de modo a ampliar o diálogo da organização com a sociedade. É também uma ferramenta de gestão da Responsabilidade Social, pela qual a empresa entende de que forma sua gestão atende à sua visão e a seus compromissos estabelecidos em relação ao tema da RSE, e em direção à sustentabilidade.

O Balanço Social é um moderno demonstrativo de gestão, pois com ele os gestores podem identificar seus pontos fortes e fracos, e assim direcionar seus investimentos de forma mais eficaz. O uso do Balanço Social pelas as Organizações Públicas é de grande utilidade, já que os administradores precisam manter a transparência de suas atividades perante a sociedade e também servindo para monitorar e avaliar a Responsabilidade Social da empresa

para com a sociedade. Assim é indispensável que o Balanço Social constitua uma declaração real dos acontecimentos dentro da organização.

Segundo FIPECAFI (2003), o Balanço Social apresenta quatro vertentes que se completam e explicam “[...] o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida.”. As vertentes são:

- (1) Balanço Ambiental, refere-se aos gastos e investimentos feitos para preservação, proteção e recuperação dos recursos naturais;
- (2) Balanço de Recursos Humanos, evidencia a força de trabalho, remuneração e benefícios concedidos e gastos junto a sociedade em que está inserida;
- (3) Demonstração do Valor Adicionado, evidencia o que a empresa agrega de valor à economia local, e a distribuição desta riqueza ou valor;
- (4) Benefícios Sociais em geral, evidencia as contribuições da empresa para o desenvolvimento da sociedade.

Pelo exposto observa-se que o Balanço Social tem como finalidade a prestação de informações sobre diversos aspectos da relação capital-trabalho das entidades, ou seja, um conjunto de informações, contábeis ou não, gerenciais, econômicas e sociais, que proporcionam um panorama dos aspectos relacionados à sociedade. (Santos; Freire e Malo, 1998) *apud* (Reis e Medeiros, 2007).

A publicação de um Balanço Social proporciona uma sugestão de diálogo com os distintos públicos envolvidos no negócio da empresa que o adota: público interno, fornecedores, consumidores/clientes, comunidade, meio ambiente, governo e sociedade. A proposta é de que o relatório possua informações sobre o perfil do empreendimento, histórico da empresa, seus princípios e valores, governança corporativa, diálogo com partes interessadas e Indicadores de desempenho econômico, social e ambiental. O Balanço Social, de acordo com a legislação brasileira, não é obrigatório, porém este já é vital para qualquer instituição que queira se firmar em um mercado competitivo, pois este é um instrumento ético e responsável, além de agregar valor ao divulgar a marca da empresa juntamente com estes conceitos.

De modo coevo, no Brasil existem vários modelos de Balanço Social que são utilizados pelas Organizações Públicas. São os padrões do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o modelo do Instituto *Ethos* e o *Global Reporting Initiative* (GRI). Todos visam definir as informações mínimas a serem publicadas para dar transparência às atividades da empresa.

2.5 Modelos de Balanços Sociais

São vários os modelos de Balanço Social existentes, esses modelos são criados para atender às necessidades que são exigidas pelas Organizações, sejam elas Públicas ou Privadas. São elaborados com o intuito de auxiliar o processo de definição de conteúdo de estabelecimento de metas e objetivos pela empresa. A seleção do modelo que vai ser utilizado garante à organização uma direção segura sobre o que informar, comparabilidade nacional ou internacional e o alinhamento com compromisso ambientais e sociais legítimos para toda a sociedade.

O modelo que é sugerido pelo Ibase é um modelo nacional e bastante simples, já que vem a ser um modelo objetivo. O modelo sugerido pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (Ethos) é conhecido por ser mais delineado. Já o modelo sugerido pela *Global Reporting Initiative* (GRI) é mais completo e abrangente propondo uma maior padronização de Indicadores baseando-se no *Triple bottom line* que é um termo utilizado para todo um conjunto de valores, objetivos e processos que uma companhia deveria focar com a finalidade de criar um valor econômico, social e ambiental.



Figura 1 - Modelos de Balanço Social

Fonte: Rosa (2009).

Algumas Organizações Públicas utilizam os modelos de Balanço Social como a Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras), Companhia Paraense de Energia (Copel), e a Natura que adotaram os Indicadores sugeridos de modelos Ibase, Ethos e GRI. A Petrobras elabora um relatório com foco financeiro e outro de sustentabilidade, A Embrapa adota modelo próprio

adaptado do modelo Ibase, a Itaipu Binacional adota o modelo sugerido pelo Ibase e pela GRI.

Apesar da existência desses três modelos, várias entidades optam criar formatos próprios, que são definidos dentro de suas estratégias de comunicação. Outras adotam um cruzamento de mais de um tipo de modelo, na vontade de buscar maior transparência e qualidade.

Pode-se observar que os três modelos de Balanço Social (Ibase, GRI e Instituto Ethos) apresentam informações sociais importantes, porém alguns dados relevantes não estão elencados em todos os modelos.

Observou-se uma maior semelhança entre os modelos GRI e Instituto Ethos, e constatou-se que no Brasil ainda não há uma concordância em relação à forma da apresentação do Balanço Social: se é livre ou padronizado, se é obrigatório ou espontâneo, e quais informações ele deveria evidenciar.

Entretanto, é majoritário entre as empresas nacionais que vêm apresentando seus balanços sociais, o uso do padrão Ibase (ou derivado deste), com pequenas variações, em função deste ser o mais bem estruturado e mais sintético, fazendo do Balanço Social uma importante ferramenta para a Contabilidade nas Organizações Públicas ou Privadas.

2.5.1 Modelo Ibase

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) é uma instituição sem fins lucrativos, foi fundado em 1981. Como Balanço Social ele foi desenvolvido com a participação de Empresas Públicas e Privadas e utiliza a abordagem quantitativa, parecida com o formato dos balanços financeiros, preocupado em garantir à sociedade a transparência das informações empresariais. Na prática, instituiu um modelo padronizado de “prestação de contas” à sociedade, concebido e aplicado a partir de 1997 com o apoio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O modelo expõe, de maneira detalhada, os números associados à Responsabilidade Social da organização, reunindo informações sobre a folha de pagamento, os gastos com encargos sociais de funcionários, e a participação nos lucros. É constituído de uma planilha composta prioritariamente por Indicadores quantitativos que detalha as despesas referente a investimentos financeiros, sociais e ambientais como educação, cultura, saúde, dentre outros. Dados e informações mais abrangentes sobre como a empresa gere suas ações de Responsabilidade Social são solicitados por meio de alguns Indicadores qualitativos, de múltipla escolha. O Ibase recomenda aos usuários do modelo de informações

complementares, numéricas ou descritivas, sejam incluídas no último item, “Outras Informações”.

O preenchimento dos Indicadores para divulgação é orientado pela entidade, que informa quais são os elementos a serem apresentados em cada um dos sete grupos de Indicadores, esclarecendo em detalhe aqueles que possuem mais dúvidas.

O Ibase entende que seu modelo de Balanço Social é essencialmente uma ferramenta de transparência e prestação de contas. A empresa deve divulgá-lo como forma de apresentar periodicamente a sociedade suas ações e sua evolução no tratamento de temas relevantes para o contexto brasileiro, como educação, saúde. Promoção de diversidade, preservação do meio ambiente, contribuições para melhoria de qualidade de vida e de trabalho dos funcionários, desenvolvimento de projetos comunitários, erradicação da pobreza e criação de postos de trabalho. O instituto não sugere protocolos para levantamento de dados nem exige que as informações apresentadas sejam auditadas.

Em dez anos de existência, o modelo passou por três revisões, que envolveram consultores, Organizações Sociais e empresas. Seu formato, porém, não foi alterado. O objetivo de um modelo de Balanço Social com uma página, segundo a instituição, é fazer com que ele não perca sua comparabilidade nem suas principais características: a simplicidade e o fácil entendimento.

A empresa deve ainda, obrigatoriamente, publicar seu Balanço Social em jornal ou revista de grande circulação regional ou nacional, de acordo com a abrangência. As informações devem também estar disponíveis na internet, bem como ser divulgadas para todas as pessoas que trabalham na empresa e para os sindicatos a elas relacionados. O envio ao público interno e aos sindicatos deve ser feito de forma individualizada, por meio de material impresso. É a metodologia mais utilizada e a principal referência quando se trata de relatórios socioambientais realizados e publicados por empresas no Brasil.

Para o Ibase (2009), a disponibilização de modelo de forma minimamente padronizada e simplificada favorece a compreensão e uma avaliação apropriada, bem como a evolução do desempenho social de cada empresa no decorrer do tempo ou entre outras do mesmo setor.

Esse modelo de Balanço Social Ibase é composto por 43 Indicadores quantitativos e oito qualitativos, organizados em sete categorias, apresentando dados e informações de dois exercícios anuais da empresa. 1) da base de cálculo; 2) dos Indicadores sociais internos, 3) dos Indicadores sociais externos, 4) dos Indicadores ambientais; 5) dos Indicadores do corpo funcional; 6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial; 7) Outras

informações sobre o exercício da Responsabilidade Social, ética e transparência. O quadro a seguir fornece uma visão geral de sua estrutura.

CATEGORIAS DO MODELO IBASE	
1. BASE DE CÁLCULO	Itens Incluídos
Receita Líquida	Receita bruta excluída dos impostos, contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais.
Resultado operacional	Este se encontra entre o Lucro Bruto e o LAIR (Lucro Antes do Imposto de Renda), ou seja, antes das receitas e despesas não operacionais.
Folha de pagamento bruta	Somatório de remuneração (salários, gratificações e abonos), 13º salário, férias e encargos sociais compulsórios (INSS, FGTS e contribuição social).
2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	
Alimentação	Gastos com restaurantes, vale refeição, lanches, cestas básicas e outros relacionados à alimentação de empregados(as).
Encargos sociais compulsórios	Gastos com encargos sociais de empregados(as).
Previdência Privada	Planos especiais de aposentadoria fundações previdenciárias, complementações de benefícios e aposentados(as) e seus dependentes.
Saúde	Plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde, inclusive de aposentados(as).
Segurança e saúde no trabalho	Gastos com segurança e saúde no trabalho de empregados(as).
Educação	Gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação.
Cultura	Gastos com eventos e manifestações artísticas e culturais (música, teatro, cinema, literatura e outras artes).
Capacitação e desenvolvimento profissional	Recursos investidos em treinamento, cursos, estágios (excluído o salário) e gasto voltados especificamente voltados para capacitação relacionada com a atividade desenvolvida pelos empregados(as).
Creches ou auxílio-creche	Creche no local ou auxílio creche a empregados(as).

Participação nos lucros e resultados	Participação que não caracterizem complementos de salários.
Outros benefícios	Seguros (parcela paga pela empresa), empréstimos (só a custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios oferecidos a empregados(as).
3 INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	
Educação Cultura Saúde e saneamento Esporte Combate à fome e segurança alimentar Outros	Somatório dos investimentos na comunidade que aparecem discriminados. Os itens na tabela aparecem como indicação de setores importantes onde a empresa deve investir (como habilitação, creche, lazer e diversão, por exemplo). Porém podem aparecer aqui somente os investimentos focais que a empresa realiza regularmente.
Tributos (excluídos encargos sociais)	Impostos, contribuições e taxas estaduais e municipais.
4. INDICADORES SOCIAIS	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	Investimentos, monitoramento da qualidade de resíduos, despoluição, gastos com a introdução de métodos não poluentes, auditorias ambientais, programas de educação ambiental para os funcionários e outros gastos com o objetivo de incrementar e buscar o melhoramento da qualidade ambiental na produção da empresa.
Investimentos em programas/projetos externos	Despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ecológicas e educação sócio ambiental para a comunidade externa e para a sociedade em geral.
Metas anuais	Resultado médio percentual alcançados pela empresa no cumprimento de metas ambientais estabelecidas pela própria corporação, por organização da sociedade civil e/ou por parâmetros internacionais como a <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI).
5 INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	
Nº de empregados ao final do período	Considerar o número de empregados ao final do ano
Nº de admissões durante o período	Considerar o número de admissão ao final do ano

Nº de empregados terceirizados	Considerar o número de empregados terceirizados ao final do ano
Nº de estagiários	Considerar o número de estagiários ao final do ano
Nº de empregados acima de 45 anos	Considerar o número de empregados acima dos 45 anos ao final do ano
Nº de mulheres que trabalham na empresa	Considerar o número de mulheres ao final do ano
% de cargos chefia ocupados por mulheres	Considerar % de cargos chefia ocupados por mulheres
Nº de negros que trabalham na empresa	Considerar o número de negros ao final do ano
% de cargos de chefia ocupados por negros	Considerar % de cargos de chefia ocupados por negros a final do ano
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	Considerar o número de pessoas com deficiência ou necessidades especiais.
6 INFORMAÇÕES RELEVANTES	
Relação entre a maior e a menor remuneração	Resultado absoluto da divisão da maior remuneração pela menor.
Número total de acidentes de trabalho	Todos os acidentes de trabalho registrados durante o ano.
O projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	Informar se esses projetos foram desenvolvidos pela direção, direção e gerencia ou por outros empregados.
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	Informar se esses padrões de segurança foram desenvolvidos pela direção, direção e gerencia ou por outros empregados.
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva, e a representação interna dos trabalhadores a empresa	Informar se a empresa não se envolve, segue as normas da OIT ou incentiva e segue normas da OIT
A previdência privada contempla:	Informar se a previdência privada contempla direção, direção e gerencia ou todos os empregados.

A participação nos lucros ou resultados contempla:	Informar se a participação dos lucros e resultados contempla direção, direção e gerencia ou todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de Responsabilidade Social e ambiental adotados pela empresa:	Informar se na seleção dos fornecedores os mesmos padrões éticos e de Responsabilidade Social e ambiental adotados pela empresa, não são considerados são, são sugeridos ou exigidos.
Quanto a participação de empregados em programas de trabalho voluntário a empresa.	Informar se na participação de empregados em programas e trabalho voluntário a empresa não se envolve, apoia ou organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores	Informar o número total de reclamações e críticas de consumidores protocolados na empresa, no Procon e na justiça.
% de reclamações e críticas solucionadas:	Informar % de reclamações e críticas solucionadas protocolada na empresa, no Procon e na justiça.
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Informar o valor adicionado total a distribuir no ano.
Distribuição de valor adicionado (DVA)	Informar o percentual do valor adicionado é relativo ao governo, colaboradores, acionistas, terceiros e retido.
7 OUTRAS INFORMAÇÕES	
Outras informações	Outras informações importantes quanto ao exercício da Responsabilidade Social, ética e transparência.

Quadro 1: Estrutura do Modelo Ibase

Fonte: Ibase, 2009 (adaptado)

De forma geral, pode-se compreender que o relatório escolhido pelo Ibase é bastante objetivo, sugere uma estrutura padrão e organizada de dados gerais da empresa (grupo 1), Indicadores (grupos 2 a 5) e outras informações (grupos 6 e 7) na mesma estrutura, ou seja, todos os dados são apresentados em um único relatório – uma planilha, conciso, facilitando a consulta e visualização dos dados, pelos interessados.

Além disso, o Ibase desenvolveu, em sociedade com diversas organizações, outros modelos de Balanço Social nos últimos anos: um específico para micro e pequenas empresas, outro para cooperativas e um terceiro para instituições de ensino, fundações e Organizações Sociais em fins lucrativos (voltados para o terceiro setor). Essas sugestões de modelo seguem a mesma linha de transparência e prestação de contas, no sentido de estimular que tais organizações apresentem dados a respeito de suas ações, origem dos recursos, natureza dos

gastos e relações com empregados, proporcionando que sociedade em geral tome conhecimento do que elas tem feito para contribuir com o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da cidadania.

2.5.2 Modelo da *Global Reporting Initiative* (GRI)

A *Global Reporting Initiative* (Iniciativa Global para a Apresentação de Relatórios) nasceu em 1997, é uma organização internacional que possui sede na Holanda. Por ser uma organização independente, a GRI conta com a participação ativa de representantes das áreas de Contabilidade, investimento, ambiente, direitos humanos, investigação e organizações do trabalho de várias partes do mundo. O seu objetivo é desenvolver e aprimorar diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade de forma a permitir que os relatórios de desempenho ambiental, econômico e social das organizações de qualquer porte, setor ou localização geográfica sejam tão periódicos e comparáveis quanto os relatórios financeiros.

Sua missão consiste em aumentar e difundir globalmente as diretrizes mais apropriadas à elaboração de relatórios de sustentabilidade. Estas diretrizes são de uso voluntário para as organizações que desejam expor – para além dos aspectos financeiros das suas atividades – produtos e serviços, e também as extensões sociais e ambientais.

A preferência pelo modelo GRI tem se tornado cada vez mais crescente em todo o mundo, tendo em vista sua proposta de fazer com que tenha um padrão internacional para elaboração de relatórios. A padronização por meio de um modelo único de elaboração é extremamente positiva, uma vez que possibilita uma maior e mais exata comparação entre diversas organizações nos diversos contextos nos quais estão situadas.

A estrutura utilizada para elaboração de relatório de sustentabilidade da GRI fornece direções sobre como as organizações podem anunciar seu desempenho em relação a sustentabilidade. A fim de adaptá-la a suas necessidades, e ao interesse de seus stakeholders, as organizações relatoras optam entre os componentes de cada uma dessas orientações e aqueles que mais se adaptam a seus objetivos com a elaboração do relatório.

Em relação aos Indicadores propostos, alguns são descritivos, representando resultados e práticas de gestão que representam Indicadores de desempenho em Responsabilidade Social; outros são quantitativos, representando resultados mensuráveis e o monitoramento dos números apresentados; e outros se referem a informações referentes a Indicadores, tanto descritivos como quantitativos, conforme o quadro a seguir, que demonstra como é a estrutura geral dos Indicadores da GRI:

ESTRUTURA GERAL DOS INDICADORES DA GRI		
SOCIAL	Práticas trabalhistas	Emprego Relações com funcionários Saúde e segurança Treinamento e educação Diversidade e oportunidade
	Direitos Humanos	Estratégia e gestão Não discriminação Liberdade de associação e de negociação coletiva Trabalho infantil Trabalho forçado e compulsório Procedimentos disciplinares Procedimentos de segurança Direitos indígenas
	Sociedade	Comunidade Suborno e corrupção Contribuições políticas Competição e política de preços
	Responsabilidade sobre produtos e serviços	Saúde e segurança dos consumidores Produtos e serviços Propaganda
AMBIENTAL	Impactos ambientais	Materiais Energia Água Biodiversidade Emissões e resíduos Fornecedores Produtos e Serviços Adequação a legislação Transporte

Quadro 2: Visão geral da estrutura dos Indicadores da GRI

Fonte: GRI (2002, p. 36)

Como pode-se observar no quadro 2 os Indicadores de desempenho Social estão divididos em quatro grupos que também se subdividem em várias categorias exemplificado a seguir:

Os **Indicadores de desempenho referente as Práticas Trabalhistas** faz referência as aparências de atuação essenciais atinentes a práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto. Quanto ao “Emprego” mostra o modelo benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários

ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações. Ao que se refere a “Saúde e segurança no trabalho” são avaliados programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar auxílio a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves; e assuntos relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos. Quanto à “Treinamento e Educação” são apontados programas para gestão de competências e aprendizagem consecutiva que apoiam a seguimento da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira; e percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira.

Os **Indicadores de desempenho referentes a Direitos Humanos** envolvem o treinamento dos empregados e pessoal de segurança em direitos humanos e em não discriminação, liberdade de associação, trabalho infantil, direitos dos índios e trabalho forçado e escravo. As “Práticas de investimentos e de processos de compra” contêm também percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que ficaram submetidos a avaliações alusivas a direitos humanos e as medidas tomadas; e total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos referentes a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento. O aspecto “Liberdade de associação e negociação coletiva” tem como alvo mostrar se pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito; O aspecto “Trabalho forçado ou análogo ao escravo” manifesta a preocupação por medidas adotadas para colaborar para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo.

Os **Indicadores de desempenho Social referente à Sociedade** abordam os impactos que as empresas provocam nas comunidades em que atuam e focalizam a exposição de como os riscos resultantes de suas interações com diferentes instituições sociais são geridos e mediados. Quanto ao aspecto “Corrupção” é aconselhado percentual de empregados treinados nas políticas e processos anticorrupção da organização; medidas adotadas em resposta a casos de corrupção e quanto a “Políticas Públicas” é apontado o valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.

Os **Indicadores de desempenho referentes à Responsabilidade pelo Produto** compreendem os aspectos dos produtos e serviços da organização relatora que afetam inteiramente os clientes, saúde e segurança, informações e rotulagem, *marketing* e privacidade. O aspecto “Saúde e segurança do cliente-essencial” amostra o número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos choques

motivados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado. Quanto ao aspecto “Comunicações de *marketing*” mostra da mesma forma o número total de acontecimentos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários referentes a comunicações de *marketing*, contendo promoção, publicidade e patrocínio, discriminados ainda por tipo de resultado.

Os **Indicadores de desempenho ambientais** encontram-se divididos em nove grupos que relacionam-se aos impactos da organização sobre sistemas naturais vivos e não-vivos, incluindo ecossistemas, terra, ar e água. Apontam o desempenho relativo à biodiversidade, à conformidade ambiental entre outros dados relevantes, quanto ao aspecto “Energia” o modelo apresenta preocupação com relação ao uso de energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas; e iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas. Já ao aspecto “Biodiversidade” o modelo mostra a valorização pelos *habitats* protegidos ou restaurados; estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade; e número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com *habitats* em áreas afetadas por operações, discriminadas pelo nível de risco de extinção. Ao se referir a “Emissões, efluentes e resíduos” apresenta também a necessidade de informações sobre o peso total de resíduos, por tipo e método de disposição; número e volume total de derramamentos significativos; peso de resíduos transportados, importados, exportado ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente; e identificação, tamanho, *status* de proteção e índice de biodiversidade de corpos d’água e *habitats* relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora.

A estrutura básica de relatório de Balanço Social proposta pelo GRI é a seguinte:

- 1) **Visão e Estratégia** (declaração da visão e da estratégia da organização referente à sua contribuição para o desenvolvimento sustentável)
- 2) **Perfil da Organização** (nome, principais produtos e serviços, estrutura, mercados, porte e outros)
- 3) **Escopo do relatório** (pessoa e dados para contato, período a que se referem as informações, data do relatório anterior, abrangência e outros)
- 4) **Perfil do relatório** (critérios empregados na elaboração do relatório e dos Indicadores)
- 5) **Estrutura de Governança**

- 6) **Engajamento das Partes Interessadas** (relacionamento e procedimentos em relação às partes interessadas)
- 7) **Políticas Abrangentes e Sistemas de Gestão**
- 8) **Sumário de Conteúdo da GRI** (títulos dos capítulos do modelo, indicando a página e seus Indicadores)
- 9) **Indicadores de Desempenho** (aqueles especificados anteriormente)

2.5.3 Modelo do Instituto Ethos

Fundamentado em um relatório delineado dos princípios e das ações da organização, o Ethos agrupa a planilha sugerida pelo Ibase e indica um detalhamento maior do contexto da tomada de decisões, dos problemas achados e dos resultados alcançados. O Instituto Ethos protege a necessidade de os Balanços Sociais adquirirem confiabilidade e consistência em relação aos Balanços Financeiros.

Portanto, assim como nos outros modelos, este oferece Indicadores que servem de instrumento de uso basicamente interno, que aceitam a avaliação da gestão no que diz respeito ao agrupamento de práticas de Responsabilidade Social, além do planejamento de estratégias e do monitoramento do atuação geral da empresa.

A estrutura do modelo do Instituto Ethos é a seguinte:

Parte 1: Apresentação (missão e visão, mensagem do Presidente, perfil do empreendimento e setor da economia);

Parte 2: A Empresa (histórico, princípios e valores, estrutura e funcionamento, e governança corporativa);

Parte 3: A Atividade Empresarial (diálogo com partes interessadas e os Indicadores de desempenho);

Parte 4: Anexos (demonstrativo do Balanço Social - modelo Ibase-, iniciativas de interesse da sociedade - projetos sociais -, e notas gerais).

Em relação aos Indicadores sugeridos (Parte 3), alguns são descritivos, representando resultados e práticas de gestão que representam Indicadores de desempenho em Responsabilidade Social, outros são quantitativos, representando resultados mensuráveis e monitorados apresentados em números, e outros referem-se a informações referentes a Indicadores, tanto descritivos como quantitativos.

ESTRUTURA DO MODELO DO INSTITUTO ETHOS	
ASPECTO	DESCRIÇÃO
Apresentação	Missão e visão, mensagem do Presidente, perfil do empreendimento e setor da economia;
A Empresa	Histórico, princípios e valores, estrutura e funcionamento, e governança corporativa;
A Atividade empresarial	Diálogo com partes interessadas e os Indicadores de desempenho;
Anexos	Demonstrativo do Balanço Social - modelo Ibase -, iniciativas de interesse da sociedade - projetos sociais -, e notas gerais.

Quadro 3: Estrutura do Modelo Ethos

Fonte: Adaptado do Balanço Social: convergências e divergências entre os modelos do Ibase, GRI e Instituto Ethos. Site: www.ethos.org.br.

Os indicadores do Instituto Ethos são os seguintes:

1. Indicadores de Desempenho Econômico:

- **Aspectos descritivos:** impactos por meio da geração e distribuição de riqueza; resultados oriundos da produtividade; e procedimentos, critérios e retornos de investimentos realizados na própria empresa e na comunidade.

Indicadores quantitativos: geração e distribuição de riqueza; produtividade; e investimentos.

2. Indicadores de Desempenho Social:

I - Público Interno:

- **Diálogo e participação:** relação com sindicatos; gestão participativa; e relações com trabalhadores terceirizados;
- **Respeito ao indivíduo:** trabalho infantil; trabalho forçado ou análogo ao escravo; e diversidade;
- **Trabalho decente:** cuidados com saúde, segurança e condições de trabalho; compromisso com o desenvolvimento profissional e a empregabilidade; comportamento frente a demissões; e preparação para aposentadoria.

II - Meio Ambiente

- **Responsabilidade frente às gerações futuras:** comprometimento da empresa com a melhoria da qualidade ambiental; e educação e conscientização ambiental;
- **Gerenciamento do impacto ambiental:** gerenciamento do impacto no meio ambiente e do ciclo de vida de produtos e serviços; e minimização de entradas e saídas de materiais na empresa.

III - Fornecedores

- **Seleção, avaliação e parceria com fornecedores:** critérios de seleção e avaliação de fornecedores; e apoio ao desenvolvimento de fornecedores.

IV - Consumidores e Clientes

- **Dimensão social do consumo:** política de comunicação comercial; excelência do atendimento; e conhecimento e gerenciamento dos danos potenciais dos produtos e serviços.

V - Comunidade

- **Relações com a comunidade local:** gerenciamento do impacto na comunidade de entorno e relacionamento com organizações locais;
- **Ação social:** envolvimento e financiamento da ação social.

VI - Governo e Sociedade

- **Transparência política:** contribuições para campanhas políticas; e práticas anticorrupção e Antipropina;
- **Liderança e influência social:** liderança e influência social; e participação em projetos sociais governamentais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida neste trabalho demonstrou que as Organizações Públicas necessitam de informações que demonstrem para a sociedade mais do que seu âmbito contábil e econômico. O uso das informações trazidas pela Responsabilidade Social em consonância com o Balanço Social possibilita de forma geral um apanhado mais amplo envolvendo também variáveis sociais e ambientais.

Observando os três modelos de Balanço Social (Ibase, GRI e Instituto Ethos) analisados ao longo do texto, percebe-se que os três modelos expostos possuem diferentes características, contudo todos possuem o mesmo objetivo: publicar informações acerca da Responsabilidade Social da empresa. Na prática os três modelos se assemelham bastante, já que todos apreciam como aspectos a natureza econômica, social e ambiental, bem como, visam determinar um conjunto mínimo de informações que serão publicadas para que exista a transparência das atividades desenvolvidas pelas organizações comprovando o comprometimento social e ambiental assumido pela administração em curso.

Boa parte dos temas aconselhados pelo Ibase em seus Indicadores de Balanço Social são abordados pelos Indicadores Ethos. O uso conjunto de ambas as ferramentas pode permitir à empresa um conhecimento mais abrangente de suas práticas, bem como auxilia-la

no reconhecimento de políticas e mecanismos que possam ser criados ou aperfeiçoados para que determinada ação de Responsabilidade Social progrida.

Por outro lado, os Indicadores Ethos podem facilitar o processo de elaboração do relatório modelo GRI por apresentar itens pertinentes a ele e por adotar uma abordagem de aprendizado, voltada para a reflexão de questões locais de sustentabilidade. Embora nem todos os itens das Diretrizes da GRI sejam abordados pelos Indicadores Ethos, o processo de auto avaliação que antecede a produção do relatório pode auxiliar a empresa a compreender as expectativas de seus *stakeholders* e a entender como tais questões podem ser incorporadas as políticas e práticas cotidianas.

Observa-se que os modelos propostos pelo Ibase, GRI e Instituto Ethos, apresentam informações estratégicas para a empresa. Comparando os três modelos, à estrutura de Balanço Social criada pelo Ethos e GRI é a que apresenta maior semelhança. O modelo do Ibase é o mais adotado pelas empresas, com mínimas adaptações, pela sua simplicidade e objetividade em abordar e estruturar os Indicadores. Em relação a esses três modelos, eles oferecem mais pontos semelhantes do que divergentes. Os Indicadores sociais, ambientais e do corpo funcional são figuras presentes nos três modelos recebendo terminologias diferentes.

Como exposto final, esse estudo evidenciou que o Balanço Social é um instrumento de extrema importância para as entidades públicas, uma vez que o gestor de uma Organização Pública tem a responsabilidade de proteger a sociedade, e assim sendo recomenda-se a implantação do Balanço Social nas Organizações Públicas. Dessa forma, os administradores ligados diretamente a essa administração pública contam com uma ferramenta de divulgação, que sintetiza os fundamentais impactos sociais da entidade e identifica-os com os participantes que lhes correspondem, distingue os fluxos em produtos sociais positivos e negativos, facilitando, dessa forma, complicadas tomadas de decisões em áreas tão delicadas como a social e a ambiental. Logo, a utilização dos modelos de Balanço Social nas Organizações Públicas, através dos atos governamentais, buscam a avaliação do desempenho da Gestão Pública, mensurados via indicadores, prezando sempre pela transparência dos resultados obtidos com o emprego destes instrumentos gerenciais junto a todos os cidadãos na efetivação da Responsabilidade Social.

REFERÊNCIAS

BALDO, R. **A empresa cidadã frente ao Balanço Social**, 2002. Disponível em: <<http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/responsabilidadesocial/0161.pdf>>. Acesso em: 02 de março de 2013.

ETHOS, Instituto. **Introdução ao balanço social**. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/guia_relatorio/>. Acesso em 03 de março de 2013.

FERREIRA, A.C.de S. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2003.

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade das sociedades por ações**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GODOY, M. (2007). **As divergências e convergências nas informações disponibilizadas no balanço social entre os três modelos utilizados no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). **Sustainably reporting guidelines**, Boston. 2002. 104 p. Disponível em: <http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/529105CC-89D8-405F-87CF-12A601AB3831/0/2002_Guidelines_ENG.pdf>. Acesso em 20 de março de 2013.

GRAY, Rob. BEBBINGTON Jan. COLLISON. **Environmental Reporting and Accounting. Draft 2d (8.08.03)** Subsequent version forthcoming as Chapter 7 in *The Institute of Environmental Management and Assessment Handbook* (London: Earthscan). Disponível em: <<http://www.st-andrews.ac.uk/~csearweb/researchresources/dps-socenv-socacc.html>>. Acesso em 13 de março de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). **Balanço social modelo Ibase, 2009. Disponível em:** <http://www.balancosocial.org.br/media/BS_Empresas2009.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Dicionário de Termos de Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2001.

KROETZ, C. E. S. **Balanço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

MAZZONI, Sadi. TÍNOCO, João Eduardo Prudêncio. OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. **Informações Evidenciadas no Balanço Social: As percepções dos gestores de forma comparada a literatura**. Revista Contemporânea de Contabilidade, ano 4, nr.7, Jan/jun, 2007, p.61-80.

REIS, C. N; MEDEIROS, L. E. **Responsabilidade social das empresas e balanço social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social**. São Paulo: Atlas, 2007.

RIBEIRO, M. S; LISBOA, L. P. **Passivo ambiental**. In: XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, Goiânia – GO, 2000.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na Gestão Pública**. São Paulo: Atlas, 2007.

SUCUPIRA, JOÃO. A **Responsabilidade Social das Empresas**. Disponível em <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=40&sid=5>>. Acesso em 16 de março de 2013.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social**. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. 1. Ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006

TORRES, Ciro; MANSUR, Claudia. **Balanco social dez anos**. O desafio da transparência. 1.

ZARPELON, Márcio Ivanor. **Gestão e responsabilidade social: NBR 16.001/SA 8.000: implantação e prática**. Rio de Janeiro: Qualymark, 2006.

ZARPELON, Márcio Ivanor. **Gestão e responsabilidade social: NBR16.001/SA 8.000**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.ed. Rio de Janeiro: IBASE, 2008.